

Nº 221 – O tipo de esgotamento sanitário dos domicílios cearenses em 2019

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

A distribuição de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário no Ceará cresceu mais que na região nordeste de 2016 a 2019.

1. Introdução

Segundo as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹, a cada dólar investido em tratamento de esgoto gera um retorno de US\$ 4,3 na forma de redução dos custos de saúde para indivíduos e sociedade. Algumas pesquisas já apontam o risco de contaminação por coronavírus através do esgoto. Em uma nota técnica² publicada recentemente pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto (INCT ETEs Sustentáveis), órgão de pesquisas e ações relacionadas ao tratamento de esgoto, pesquisadores defendem que o monitoramento do esgoto pode ser estratégico para demonstrar o nível de contaminação no local por COVID-19. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam³) junto com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o INCT ETEs Sustentáveis/UFMG lançaram em março deste ano o projeto-piloto Monitoramento COVID Esgotos⁴ (realizado em 24 pontos de coleta no sistema de esgotamento sanitário urbano de Belo Horizonte e Contagem). Segundo o Boletim nº 8- Monitoramento Covid esgotos⁵ os resultados indicaram que 100% das amostras de esgoto testaram positivo para o novo coronavírus na bacia do ribeirão Arrudas nas últimas seis semanas de monitoramento e nas últimas oito semanas de monitoramento na bacia do Onça.

A pandemia do COVID-19 no Brasil teve início no final de fevereiro de 2020 e já registrou mais de 100 mil mortes no país. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD -C) de 2019 do IBGE mostraram que dos 72,4 milhões de domicílios particulares e permanentes no Brasil, 71,9 milhões tinham banheiro, sanitário ou buraco para dejeções. A forma de esgotamento sanitário desses domicílios foi na maior parte por rede geral. As regiões norte e nordeste registraram as menores taxas de cobertura. Esse estudo tem como objetivo analisar as informações, divulgadas no dia 6 de maio pelo IBGE, da PNAD Contínua de 2019⁶ para Ceará em comparação aos demais estados referentes a fonte de esgotamento sanitário domicílios ditos particulares e permanentes.

2. Domicílios por tipo de esgotamento sanitário

¹ https://www.who.int/water_sanitation_health/publications/glaas_report_2014/en/

² <http://etes-sustentaveis.org/wp-content/uploads/2020/03/COVID-19-e-o-Saneamento-no-Brasil.pdf>

³ <http://www.igam.mg.gov.br/>

⁴ <https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/12563-projeto-piloto-monitora-a-covid-19-em-esgotos>

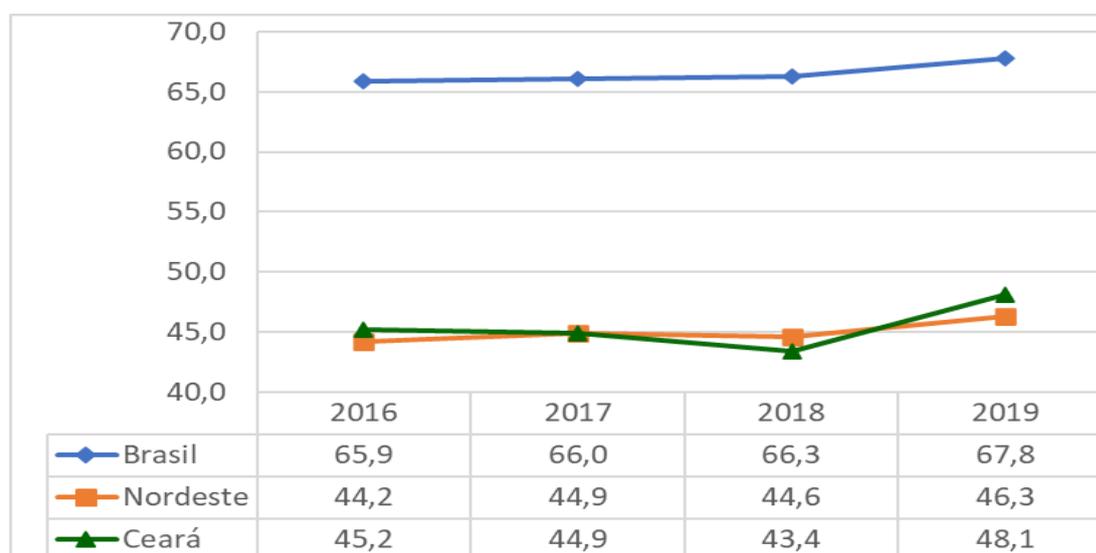
⁵ Boletim nº 8 com os resultados que correspondem a amostras de esgoto coletadas no período de 13 de abril a 17 de julho de 2020. <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/qualidade-da-agua/boletins-monitoramento-covid-esgotos>

⁶ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=resultados>

Dejetos de banheiros devidamente descartados em domicílios ligados à rede evitam contágios de moradores e geram externalidades positivas para a sociedade, pois contribuem para o meio ambiente como um todo. A classificação da pesquisa do IBGE sobre a forma de esgotamento sanitário domicílios são a saber: por rede geral ou rede pluvial, quando o esgoto do banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma rede coletora, que o conduz para um desaguadouro geral da área, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada ou por fossa séptica ligada à rede, que segundo o IBGE seria quando o esgoto domiciliar estava ligado a um ou mais tanques de concreto, plástico, fibra de vidro ou outro material impermeável, como, por exemplo, pneu usado, em geral dividido em duas ou três câmaras, onde o esgoto passa por um processo de tratamento (decantação, decomposição ou filtração), sendo a parte líquida canalizada para a rede geral ou por fossa séptica não ligada à rede e por outros tipos, como vala, fossa rudimentar, rio, lago ou mar e outras formas de escoadouro.

O gráfico 1, a seguir, mostra a distribuição de domicílios particulares e permanentes com esgotamento sanitário ligado à Rede geral, rede pluvial e fossa séptica ligada à rede do Ceará, Nordeste e Brasil. A quantidade de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário ou com fossa ligada à rede no Ceará cresceu 2,9 pontos percentuais em 2019 em comparação a 2016. Esse crescimento no Brasil foi de 1,9 p.p e no Nordeste 2,1 p.p. Enquanto o Ceará cresceu a uma taxa geométrica de 2,09% no período de 2016 a 2019, o Nordeste cresceu a 1,56% e o Brasil a 0,95%.

Gráfico 1 Distribuição de domicílios particulares e permanentes com esgotamento sanitário ligado à Rede geral, rede pluvial e fossa séptica ligada à rede (%) Brasil, Nordeste e Ceará de 2016 a 2019.

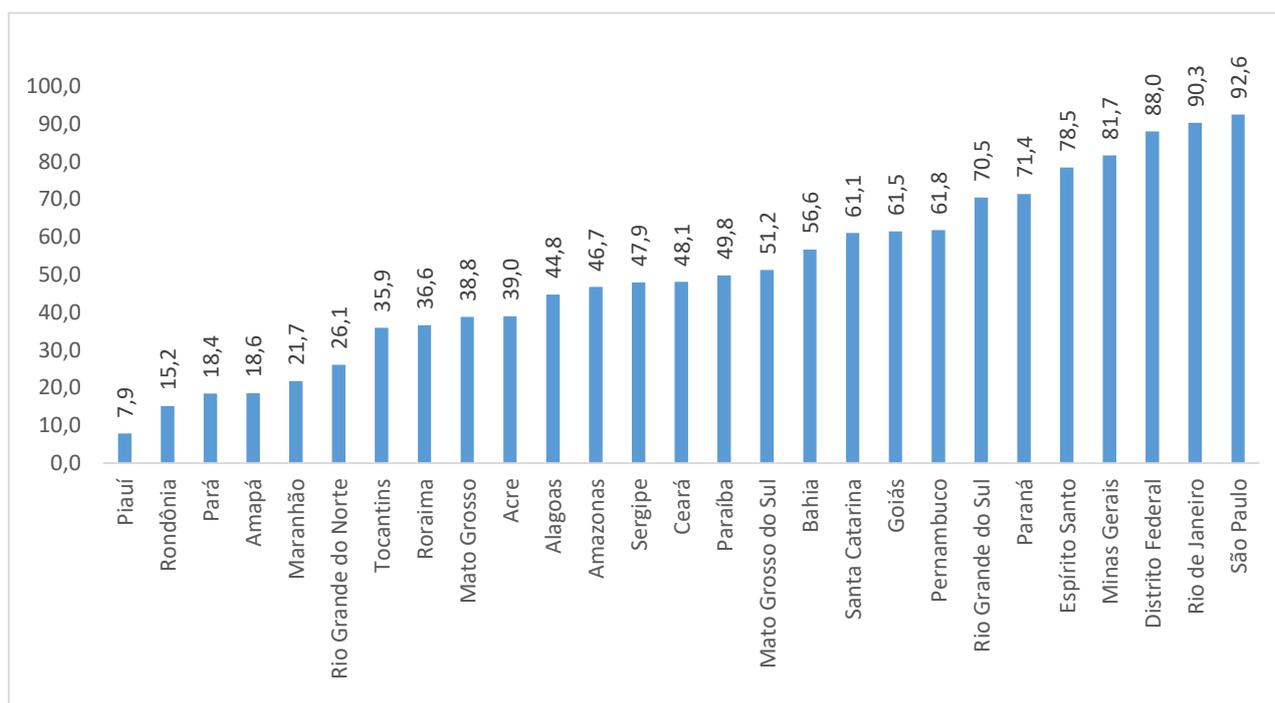


Fonte: IBGE / PNAD-Contínua. Elaboração: IPECE.

O gráfico 2 mostra a distribuição de domicílios por estados ligados a rede geral de esgoto em 2019. São Paulo apresentou o maior índice de residências ligados a rede geral e o Piauí o menor. As menores taxas estão na região Norte e nordeste. Mais especificamente, na região Nordeste apenas os estados de Pernambuco (61,8%) e Bahia (56,6%) não apresentaram taxas inferiores a 50%. Isso significa que menos da metade dos domicílios em 7 estados da região tiveram o esgoto produzido em casa ligados à rede geral. Com 48,1% de domicílios com esgoto ligado

à rede, o Ceará foi o quarto da região Nordeste com maior taxa, ficando atrás de Pernambuco (61,8%), Bahia (56,6%) e Paraíba (49,8%).

Gráfico 2: Distribuição de domicílios particulares e permanentes com esgotamento sanitário ligado à Rede geral, rede pluvial e fossa séptica ligada à rede (%) em 2019.



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Segundo os resultados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2017, publicados pelo IBGE⁷ agora em julho de 2020, que investigou os serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora em entidades formais (com CNPJ), a cobertura do esgotamento sanitário por rede coletora melhorou no Brasil (2017 em relação 2008). No entanto, em 2.211 municípios no Brasil (39,7%) não havia oferta do serviço. Outra característica levantada do setor é que o serviço foi na sua maioria público. As prestadoras desses serviços às empresas privadas estiveram presentes em apenas 3,6% dos municípios brasileiros no caso da distribuição de água e em 3,1% no caso da coleta de esgoto.

Como instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, os subsídios (descontos) aos usuários foram uma das medidas tomadas. Segundo o IBGE, no país, cerca de 2,8 milhões de economias residenciais (unidades domiciliares atendidas pelos serviços) recebiam subsídios na cobrança da taxa ou tarifa de abastecimento de água e 1,5 milhão na cobrança da coleta de esgoto.

⁷ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?=&t=oque-e>

3. Considerações Finais

Segundo estudos recentes, a principal fronteira a ser alcançada no setor de infraestrutura brasileiro é o saneamento básico. As evidências apontam a necessidade de maior investimento para o alcance da universalização do serviço. A urgência por mais investimento no setor ganhou mais força no atual contexto da pandemia. Todavia, o quadro atual não se trata de algo que possa ser resolvido no curto prazo. No Brasil se fixou uma aposta de melhora de longo prazo com a aprovação de um novo marco legal do saneamento. Em 15 de julho deste ano foi sancionado o projeto de lei 4162, de 2019 que instituiu o novo Marco Legal do Saneamento Básico. Em termos gerais, ele atualiza o marco legal que já tinha, define a Agência Nacional de Águas (ANA) como reguladora de referência nacional, possibilita a entrada da iniciativa privada na prestação de serviços de saneamento e exige definição de metas nos contratos de saneamento que deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de, respectivamente, 99% e 90% da população com água potável e coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário (respondendo)
José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão
Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento
Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 221 – Agosto/2020

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Título: O tipo de esgotamento sanitário dos domicílios cearenses em 2019.

Elaboração:

Raquel da Silva Sales (Assessora Técnica)

Colaboração:

Brysa dos Santos Fernandes (Estagiária)